


■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ O enfrentamento da violência contra a mulher no contexto da Educação de Jovens e Adultos: A experiência de uma escola da Cidade Estrutural

 *Maria Cristina Mesquita da Silva **
*Luanna de Sousa Lacerda ***
*Maruska Fernandes Moreira Rios ****

Resumo: O presente relato de experiência descreve o desenvolvimento do projeto “Mulher: uma maioria oprimida” em uma escola da rede pública do Distrito Federal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), noturno, localizada na Cidade Estrutural, onde atuamos. Pretende-se, com esse trabalho, trazer à baila a importância do debate sobre o enfrentamento das violências relacionadas às questões de gênero, assim como a necessidade de empoderamento feminino no contexto social brasileiro, a fim de que possam ser superadas as situações de risco e violência às quais estão submetidas as mulheres na atualidade. A temática central do projeto foi discutida a partir do estudo da Lei Maria da Penha, que em 2018 completou 12 anos de publicação. Destacou-se, com o desenvolvimento do projeto, a importância de envolvimento dos estudantes nas discussões sobre a violência contra a mulher, de modo a contribuir para a sua tomada de consciência e ressignificar o conhecimento adquirido no contexto escolar, possibilitando-lhes a transformação das realidades de seu meio social.

Palavras-chave: Enfrentamento. Violência. Mulheres. Lei Maria da Penha.

* *Maria Cristina Mesquita da Silva é graduada em Letras, com habilitação em Língua Espanhola e Literaturas pela Universidade de Brasília (UnB 2004), especialista em Políticas Públicas de Educação com ênfase em Monitoramento e Avaliação pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2007). Mestranda em Educação, pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Analista em Ciência e Tecnologia na CAPES/MEC, e professora da educação básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: cristina.mesquitas@gmail.com.*

** *Luanna de Sousa Lacerda é graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília-UNICEUB (2005), pós-graduada em Psicopedagogia pelo UNICESP (2008), mestre em Psicologia pelo UNICEUB. Técnica em Assuntos Educacionais no Ministério da Educação (MEC) e professora na Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: luannaslacerda@gmail.com.*

*** *Maruska Fernandes Moreira Rios é graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília - UniCeub (2001), especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB (2012) e em Educação em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília - UnB (2016). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: maruskarios@gmail.com.*

Considerações Iniciais

O mundo não é. O mundo está sendo.
Paulo Freire

O Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural funciona em meio a uma comunidade forjada historicamente no contexto de luta, seja pela sobrevivência - garantida no trabalho árduo e insalubre do lixão, seja pelo reconhecimento enquanto comunidade/região administrativa legítima - a qual carece de serviços públicos e atendimento tal quaisquer outras do Distrito Federal.

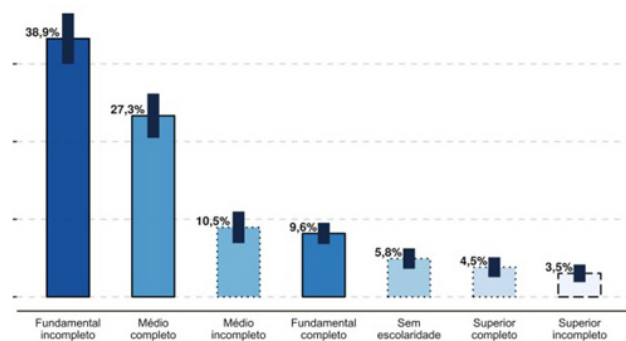
A Cidade Estrutural tem sua origem em uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal existente na localidade. Durante muitos anos, as pessoas foram atraídas para a região em busca de meios de sobrevivência no lixão. Com o passar do tempo, foi-se formando ali a comunidade, a partir da construção de moradias por parte dos trabalhadores que dali retiravam seu sustento. De acordo com informações constantes da página pública do Governo do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018):

No início dos anos 90 aquele conjunto de barracos adjacentes ao lixão foi-se ampliando e transformando na Invasão da Estrutural. No início pouco menos de 100 domicílios encontravam-se fincados no local. A conhecida invasão ampliou-se e mais tarde foi transformada em Vila Estrutural pertencente à Região Administrativa do Guará.

Atualmente, conforme disposições da Lei nº 3.315/2004, a Cidade Estrutural compõe a sede urbana do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA. Sua população, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2018) é de 35.730 habitantes.

Os dados da PDAD 2018 desvelam ainda uma Cidade Estrutural de população jovem, da qual cerca de 63% possui entre 15 e 39 anos de idade. Essa população tem entre suas principais fragilidades a taxa de escolarização, apresentando 38,9% na categoria dos que não concluíram o ensino fundamental. A figura 1

Figura 1. Distribuição da escolaridade da população da Cidade Estrutural com 25 anos ou mais



Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018

apresenta a distribuição da escolaridade da população da Estrutural com 25 anos ou mais.

Para o atendimento dos serviços educacionais à população que tanto deles necessita, localizam-se na Cidade Estrutural seis escolas públicas de Educação Básica. Duas dessas escolas funcionam também no turno noturno, ofertando as três modalidades da educação básica na EJA (primeiro, segundo e terceiro segmento) as quais correspondem, respectivamente, às três etapas da educação básica (ensino fundamental I, II e ensino médio).

No CEF 02 da Cidade Estrutural, contexto no qual se desenvolveu o projeto abordado neste relato de experiência, a oferta noturna delimita-se ao primeiro e segundo segmento da EJA. Nosso público alvo é, portanto, formado basicamente, pelos mesmos 38,9% da população daquela região que ainda não possuem o Ensino Fundamental completo. Possivelmente esse público seja ainda maior, considerando que a oferta da EJA abrange estudantes a partir dos 15 anos (e não dos 25 anos, como é o público da pesquisa).

Neste contexto, temos a dimensão dos desafios interpostos à Cidade Estrutural, a qual tem uma população constituída em meio à fragilidade social e econômica e que conta com uma representativa parcela ainda carente de escolarização básica. Cabe às escolas, especialmente no tocante à oferta de EJA, garantir o atendimento à esta população, não somente com a oferta em quantidade adequada, mas principal e especialmente, com a qualidade requerida, de modo a cumprir com a sua função social de garantir a escolarização dos sujeitos que foram excluídos historicamente do direito à educação (DISTRITO FEDERAL, 2014).

1. Um breve retrato das mulheres da Cidade e do CEF 02 da Cidade Estrutural

O sexo só não explica tudo. A raça só, também. A classe só, igualmente (...). Além da cor da pele, da diferenciação sexual, há também a cor da ideologia.

Paulo Freire

As mulheres são a maioria da população da Cidade Estrutural. De acordo com a PDAD 2018, elas correspondem a 50,7% da população. São as mulheres, também, as responsáveis por um percentual significativo dos lares na região, visto que mais de 19% destes lares são chefiados por elas, no que se denomina "arranjo domiciliar monoparental feminino". Isso significa que dentre os arranjos familiares verificados, o que mais se destacou numericamente na Cidade Estrutural foi aquele comandado por mulheres.

O cenário nos leva a refletir: será que esta proporção populacional se reproduz no contexto escolar? Observando os números de estudantes matriculados na EJA, no CEF 02 da Cidade Estrutural, temos o total de

532 alunos, dos quais 277 mulheres (52%) e 255 homens (48%). Estes dados consideram o escopo geral de matriculados no primeiro semestre de 2019, e refletem o padrão de matrículas da escola a cada semestre.

Verificando a distribuição dos gêneros entre as turmas do primeiro segmento notamos novamente a predominância de estudantes do sexo feminino. Nesta etapa da EJA, o CEF 02 conta com 93 mulheres (54%) e 79 homens (46%), chegando-se, assim, ao total de 172 estudantes matriculados. Constatamos, portanto, que mais uma vez a escola se mostra como um recorte quase que fidedigno de seu meio. Ocorre nela uma distribuição populacional (no tocante ao gênero) muito semelhante à da região em que se localiza.

Assim, sabendo maioria o gênero feminino, e reconhecendo as histórias de violência e opressão que circundam as mulheres tanto na sociedade em geral (de todas as classes sociais), como dentro do nosso contexto, justifica-se a relevância do projeto descrito neste relato, o qual foi desenvolvido no CEF 02 da Cidade Estrutural, no segundo semestre de 2018.

2. Mulher - uma maioria oprimida

A passividade não é uma característica feminina, mas um sinal e um sintoma de uma proibição que pode contaminar tanto um homem quanto uma mulher.

Alícia Fernandez.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o nome deste projeto se baseou na curta metragem “Maioria Oprimida” - “Majorité Opprimée” produzido pela cineasta francesa Eleanore Pourriat. O filme desvela as diversas situações de submissão e abuso às quais são submetidas as mulheres, propondo uma inversão dos papéis de gênero, em que homens é que são os alvos dessas mesmas situações. Ao inverter os papéis, deixa ainda mais evidente o quanto as situações desrespeitosas sofridas no dia a dia pelas mulheres são absurdas e ofensivas. Tomamos emprestado o termo “maioria oprimida” por entendermos que ele se adequa perfeitamente à situação a ser abordada e superada no contexto do desenvolvimento do projeto.

Arroyo (2017, p. 93) assevera que: “A diversidade de lutas por direitos humanos dos grupos sociais, raciais, sexuais, negados do direito a ter direitos, são lutas por dignidade humana. *Por justiça*.”. Nesse movimento de conscientização da luta por justiça, especialmente pela justiça no tocante à equidade entre os gêneros, e cientes de constantes casos de violência doméstica e familiar relatados pelas estudantes da EJA, e da reprodução de conceitos machistas enraizados na cultura local, percebeu-se a necessidade de discutir essa problemática com a comunidade escolar.

Em pesquisa prévia ao desenrolar do projeto,

observou-se que a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), estava prestes a completar 12 anos de sua promulgação e que diversas atividades vinham sendo desenvolvidas, em âmbito distrital, relacionadas à celebração do aniversário de promulgação da Lei, incluindo-se ciclos de palestras nas escolas públicas, divulgação de materiais impressos, entre outras. Outrossim, naquele momento, casos de feminicídios e graves agressões contra mulheres vinham sendo noticiados na mídia, e despertavam acaloradas discussões entre os estudantes e demais integrantes da comunidade escolar.

O projeto foi iniciado na sequência (agosto de 2018), sendo desenvolvido em sua maior parte, pelas turmas do primeiro segmento. Há que se ressaltar, ainda, que algumas das atividades realizadas acabaram por envolver toda a comunidade escolar da EJA.

Assumiu-se como objetivo principal desse projeto o estabelecimento de uma relação de equidade entre os gêneros, com o reconhecimento e o respeito às suas singularidades, de modo a reprimir as opressões e situações de violência, em especial, de violência contra as mulheres. Objetivou-se, igualmente, conhecer e discutir a Lei Maria da Penha, compreendendo sua relevância histórico-social no contexto do combate à violência contra a mulher.

Para o alcance dos grandes objetivos, definiu-se como metas específicas: o reconhecimento das formas de dominação masculina presentes no modelo de sociedade patriarcal; a identificação e diferenciação dos tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher; a desconstrução de conceitos que fomentam a cultura do estupro e naturalização dos papéis de gênero; a identificação de mecanismos para o rompimento dos ciclos de violência contra a mulher (fatores de risco e de proteção, rede de apoio à mulher, medidas protetivas); e a promoção de autoconhecimento, a fim de resgatar a autoestima e favorecer o empoderamento feminino.

As atividades do projeto foram divididas em quatro distintos momentos, cada um deles com um objetivo específico, que pretendíamos atingir ao fim de cada etapa. Respectivamente, são eles: sensibilização, reflexão, resignificação de conceitos por parte dos estudantes e a produção de materiais e ações que expressassem a citada resignificação.

Na etapa da sensibilização, as turmas do primeiro segmento trabalharam em separado, cada uma desenvolvendo as atividades com seus respectivos professores. Foram realizadas neste momento: roda de conversa com os estudantes, para apresentação e discussão sobre a temática, a fim de sensibilizá-los e permitir que apresentassem relatos e vivências relacionados; discussões a partir de textos e matérias jornalísticas, com a proposição de leituras, debates, e escritas relacionadas.

Foi realizada também, nesta etapa, a audição, leitura e interpretação da música “Ciumento eu” (Matheus & Kauan). A música foi sugerida por ser elemento do repertório cultural da comunidade e fazer alusão, de maneira naturalizada e romantizada, ao ciúme e perseguição à mulher, no contexto do relacionamento conjugal. Em determinado trecho, versifica:

(...) Tem uma câmera no canto do seu quarto
Um gravador de som dentro do carro
E não me leve a mal
Se eu destravar seu celular com sua digital
Eu não sei dividir o doce
Ninguém entende o meu descontrole
Eu sou assim não é de hoje
É tudo por amor (...)
(Ciumento Eu - Matheus & Kauan)

Discutiu-se com os estudantes, a partir da letra da música e seu cotejamento com os textos já estudados, a questão da possessividade nos relacionamentos, especialmente do homem para com a mulher. Os estudantes discutiram acerca do tema, apresentando diversos relatos de seu meio social e familiar, em que tais situações descambam para situações de violência, às vezes resultando em tragédias. Os debates revelaram que as situações de violência contra a mulher na comunidade são ainda mais numerosas do que inicialmente imaginávamos.

O que mais se evidenciou nesta etapa, além do fato de muitas de nossas estudantes serem vítimas de violência doméstica, foi a naturalização de comportamentos machistas que se enraizou na mentalidade desses alunos. Muitas situações de abuso foram relatadas com certa naturalidade, tanto por parte dos homens quanto das mulheres. Houve, também, muita emoção em alguns depoimentos de nossas alunas.

A etapa da sensibilização foi concluída com uma palestra para todos os segmentos da escola, proferida por uma profissional da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). Nessa palestra, foram abordadas as questões referentes a prevenção às situações de violência, ao contexto de publicação, aos objetivos e às principais questões relacionadas à Lei Maria da Penha, e os serviços distritais e nacionais de apoio às mulheres em situação de violência. Foi interessante perceber que este foi um dos eventos de maior participação já ocorrido na escola, contando com o comparecimento massivo da comunidade da EJA. As fotos (Figura 2 e 3) mostram estudantes e professores participando do momento.

No segundo momento do projeto, propusemos como principal enfoque a promoção da reflexão acerca da temática. A primeira das atividades desenvolvidas foi a apreciação de documentários recentes que abordaram o tema. Para isso, foram escolhidos: Profissão Repórter,

Figura 2. Palestra sobre o enfrentamento da violência contra a mulher - CEF 02 Estrutural



Fonte: autoras

Figura 3. Palestra sobre o enfrentamento da violência contra a mulher - CEF 02 Estrutural



Fonte: autoras

Cicatrizes, Silêncio das Inocentes e *Majorité Opprimée*. Para não ficar muito cansativo, embora curtos, os documentários foram passados em dois dias. Para esses momentos, as turmas foram agrupadas de duas em duas e com esses grupos foram realizadas discussões prévias, a fim de recontextualizar o debate.

O momento de assistir aos filmes foi, também, muito impactante para os estudantes. Um fato que se destacou foi o de uma senhora que precisou se retirar da atividade, por não conseguir assistir às situações pelas quais ela mesma já havia passado. O ocorrido gerou grande inquietação na equipe docente, mas nos deu ainda mais certeza da relevância de se discutir a temática naquele meio. A estudante foi acolhida por sua professora, que se retirou para permanecer com ela em outro ambiente. Dos documentários assistidos, muitas novas questões foram acrescidas ao debate entre as turmas e, novamente, mais relatos marcantes foram surgindo.

Um fato interessante, que não podemos deixar de comentar, foi o desconforto que os alunos do sexo masculino demonstraram durante a exibição do curta

Figura 4. Mapa dos Feminicídios no Brasil



Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/feminicidios-no-brasil/>

metragem Majorité Opprimeé. Ficou bem claro que eles não gostariam de trocar de papel com as mulheres, numa sociedade tão machista como a que vivemos. Houve até quem citasse trechos da bíblia para defender os próprios privilégios. Mas isso já é outra questão...

Dando continuidade à etapa da reflexão, realizamos com os alunos a atividade de verificação do mapa nacional dos feminicídios no Brasil. Nesta atividade, os estudantes observaram os índices da violência contra a mulher no país, e em cada um dos estados. O momento foi interessante, pois como temos estudantes de várias partes do país (especialmente da região Nordeste), cada um deles teve a oportunidade de reconhecer (ou conhecer, pois muitos não sabiam ainda localizar) seus estados no mapa. Esta foi uma oportunidade ímpar de promoção de atividade interdisciplinar e integrada à discussão proposta no projeto (Figura 4).

Na etapa da ressignificação, foram desenvolvidas atividades mais propriamente voltadas ao conhecimento da Lei Maria da Penha. Para isso, trabalhamos com leituras, análises, interpretação e escrita dirigida, a partir das cartilhas temáticas e outros materiais informativos. Neste momento, os estudantes tiveram a oportunidade de, além de aprimorar as habilidades de leitura e escrita, conhecer a estrutura de um texto legal, a linguagem típica deste gênero textual e, ainda, de discutir os conceitos e tipificações trazidos pelo mesmo, acerca da violência contra a mulher. Na sequência das discussões sobre o contexto e o texto da lei, foram desenvolvidas com os estudantes, em suas respectivas turmas, dinâmicas envolvendo o "Jogo da Mulher", para a fixação, de maneira lúdica, dos conceitos constantes da Lei (Figura 5).

Para o coroamento do projeto a equipe do primeiro segmento do CEF 02 da Estrutural organizou dois momentos distintos, um para as estudantes mulheres e outro para os homens, os quais ocorreram concomitantemente.

Para as mulheres, as professoras se juntaram e, contando com a parceria da professora Luziana Araújo

Figura 5. Jogo da Mulher.



Fonte: Imagem disponível em <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/gdf-lanca-jogo-da-mulher>

Figura 6. Oficina de Autoconhecimento e Empoderamento Feminino



Fonte: Cedido por Luziana Araújo

(professora de Ciências do segundo segmento e *coach* profissional) promoveram uma oficina de autoconhecimento e empoderamento feminino. Na ocasião, além de palestra motivacional, as alunas tiveram a oportunidade de conhecer e fazer o preenchimento de sua "roda da vida", uma dinâmica em que fizeram uma autoanálise das diversas áreas de suas vidas, a partir dos aspectos: pessoal, qualidade de vida, relacionamentos e profissional (Figura 6).

A partir dessa autoanálise e de uma profunda reflexão pessoal, foram propostas outras dinâmicas com o intuito de favorecer a melhoria da autoestima e o fortalecimento emocional das mulheres estudantes do primeiro segmento. Tratou-se de um momento de muita emoção, tanto para as estudantes, como para a equipe docente. Muitas estudantes nos trouxeram relatos de superação e de transformação pessoal, a partir de todo o trabalho realizado, e, em especial, a partir dessa última atividade desenvolvida.

Os professores homens do primeiro segmento, em parceria com o professor Eron Soares, que gentilmente aceitou coordenar a dinâmica, conduziram com os estudantes do sexo masculino atividade numa proposta semelhante, buscando enfatizar uma mensagem de resgate da autoestima e busca do respeito por si e pelos outros, sejam esses outros homens ou mulheres.

Foi encerrado, assim, o rico projeto “Mulher: uma maioria oprimida”. Inicialmente, havíamos planejado uma etapa adicional, com propostas de outras atividades, mas com o desenrolar do mesmo, julgamos que essa etapa não se fazia imprescindível e que talvez pudesse até ser cansativa para os estudantes. A partir da autoavaliação com a equipe pedagógica envolvida, considerou-se, de comum acordo, que já havíamos atingido nossos objetivos iniciais. Essa constatação se fundamentou na avaliação contínua do trabalho proposto, assim como das produções e devolutivas orais dos estudantes e de toda a equipe docente.

Considerações Finais

O conhecimento escolar será libertador se de um lado revelar, aprofundar e desconstruir as causas estruturantes da história de sua segregação, repressão, extermínio: desvendar o racismo, o sexismo, o machismo, o patriarcalismo.

Miguel Arroyo

O desenvolvimento do projeto “Mulher: uma maioria

oprimida” junto aos estudantes da EJA deu-se no momento em que se intensificam os debates sobre a urgente necessidade de enfrentamento das violências, em especial, aquelas das quais são vítimas as mulheres.

A escola no papel de fomentadora de reflexões e da consciência crítica não pode se furtar à promoção destes debates em seu contexto, de modo a contribuir para o provisionamento da comunidade com os conhecimentos necessários à superação das realidades de submissão e violência.

Reconhecemos que o debate há de ser contínuo, a fim de que não se arrefeçam os esforços necessários à superação de tais realidades. Este debate há de, adicionalmente, assumir um caráter “libertador” como bem acentua Arroyo (2017), autor que elegemos para o preâmbulo de nossas considerações finais, de tal modo a desconstruir as causas estruturantes da história de segregação a que estão sujeitas as camadas menos favorecidas da sociedade, representadas, em nosso contexto pelos estudantes da EJA e pelas mulheres que deste quadro fazem parte.

Neste sentido, o projeto aqui proposto representou apenas uma modesta possibilidade de intervenção, mas, por meio dele, foi possível contribuir para o processo de tomada de consciência e de resignificação das questões de gênero, por intermédio do conhecimento adquirido no contexto escolar.

É assim, integrando-nos e fortalecendo-nos como maioria, que esperamos superar, juntamente com nossos estudantes, qualquer tipo de opressão. ■

Referências bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: Do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa. 2017. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 11.340, de 06 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: jul. 2018.
- _____. Senado Federal. **Lei Maria da Penha**. Perguntas e Respostas. Em favor da vida e pelo fim da impunidade. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-lei-maria-da-penha-perguntas-e-respostas>. Acesso em: ago. 2018.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Viver sem violência é direito de toda mulher**. Abril/2015. Disponível em <http://www.mulher.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/ivreto-maria-da-penha-2-web-1.pdf>. Acesso em ago. 2018.
- DISTRITO FEDERAL. Administração do SCIA e da Estrutural. **Conheça a RA**. Disponível em: <http://www.scia.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em: Ago. 2018.
- _____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). **Pesquisa distrital por amostra de domicílios - PDAD 2018**. SCIA Estrutural. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/SCIA-Estrutural.pdf>. Acesso em: maio 2019.
- _____. **Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017**. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_eja_2014_2017.pdf. Acesso em: ago. 2018
- FERNANDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**: Uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre. 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes Necessários à Prática Docente. 29a ed. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 1996 (Coleção Leitura).
- _____. **Política e educação**. [recurso eletrônico] 4a ed. Ed. Paz e Terra. São Paulo/Rio de Janeiro. 2018
- G1. **Monitor de Violência**. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/feminicidios-no-brasil/> Acesso em: ago 2018.